

Desenvolvimento rural e processos sociais nas CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Gabriela Sousa Melo
Brenda Ellen Lima Rodrigues
(Organizadoras)

Desenvolvimento rural e processos sociais nas CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Gabriela Sousa Melo
Brenda Ellen Lima Rodrigues
(Organizadoras)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade do Estado de Mato Grosso

Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria



Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^o Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Edevaldo de Castro Monteiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^o Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^o Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^o Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^o Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas



Desenvolvimento rural e processos sociais nas ciências agrárias

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Gabriela Sousa Melo
Brenda Ellen Lima Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D451 Desenvolvimento rural e processos sociais nas ciências agrárias / Organizadoras Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos, Gabriela Sousa Melo, Brenda Ellen Lima Rodrigues. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-864-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.646223101>

1. Ciências agrárias. I. Silva-Matos, Raissa Rachel Salustriano da (Organizadora). II. Melo, Gabriela Sousa (Organizadora). III. Rodrigues, Brenda Ellen Lima (Organizadora). IV. Título.

CDD 630

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

O Brasil é um dos maiores produtores agrícolas no mundo, que ao longo das últimas décadas através do emprego de tecnologia inovadora em todas as áreas de abrangência têm crescido exponencialmente em produtividade quanto as áreas cultivadas, cada vez mais próximas de habitações, levando o desenvolvimento rural a estar inerentemente atrelado a mudanças sociais e constantemente moldando o comportamento da sociedade em face ao desenvolvimento rural.

A obra “Desenvolvimento Rural e Processos Sociais nas Ciências Agrárias” compila diversos estudos com enfoque nas questões sociais que se destacam dentro do setor rural e que influenciam o desenvolvimento agrícola, de modo a esclarecer tais processos dando a devida importância ao desenvolvimento social no campo, além de colaborar quanto a informações voltadas ao leitor, destacando a proeminência das pesquisas e das atividades de extensão voltadas a este sentido.

Os conhecimentos e informações técnicas gerados através dos estudos inclusos neste livro são inegavelmente necessários para o compartilhamento de aprendizagens no dia a dia do meio rural, tendo cunho específico nos processos sociais que decorrem do crescimento agrícola nacional buscando apreciar aspectos sociais. Além de contribuir para solução de problemas associados a qualidade de vida de pessoas ligadas ao campo.

Os processos sociais que ocorrem no meio rural são de suma importância, pois levam a um crescimento rural adequado. Neste cenário, a obra permite que com a reunião de escritos nessa linha de pesquisa as informações apresentadas sejam impactantes no momento da tomada de decisões, proporcionado assim facilidade quanto a administração de recursos sociais no campo.

Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos

Gabriela Sousa Melo

Brenda Ellen Lima Rodrigues

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA PATRONAL: UMA DUALIDADE NO SISTEMA AGRÁRIO

Albina Graciéla Aguilar Meus

Sandra Eli Pereira da Rosa

Paulo Roberto Cardoso da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6462231011>

CAPÍTULO 2..... 10

FATORES ECONÔMICOS E PRODUTIVOS NA CARACTERIZAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE TILÁPIA, BRASIL


Marcos Roberto Casarin Jovanovichs

Alessandra Sartor

Thamara Luísa Staudt Schneider

Tanice Andreatta

Rafael Lazzari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6462231012>

CAPÍTULO 3..... 22

CULTIVO DA CHIA SOB ADUBAÇÃO ORGÂNICO E MINERAL CHIA CULTIVATION UNDER ORGANIC AND MINERAL FERTILIZATION

Liliane Sabino dos Santos


Janaína Ribeiro da Silva

Giuliane Karen de Araújo Silva

Celina da Silva Maranhão

Jazielly Nascimento da Rocha

Maria Aparecida Souza de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6462231013>

CAPÍTULO 4..... 34

ANÁLISE DA PRODUTIVIDADE DE CAROTENOIDES EM VARIEDADES LOCAIS DE MILHO

Juliana Spezzatto


Grace Karina Kleber Romani

Tainá Caroline Kuhn

Yasmin Pincegher Siega

Monalisa Cristina de Cól

Volmir Kist

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6462231014>


CAPÍTULO 5..... 45

O MERCADO ATACADISTA DE HORTALIÇAS EM PONTA PORÃ/MS: CORRELAÇÃO ENTRE A NECESSIDADE DE CONSUMO E OFERTA

Romildo Camargo Martins

Reginaldo B. Costa

Rildo Vieira de Araújo
Ana Cristina de Almeida Ribeiro
Jonas Benevides Correia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6462231015>

CAPÍTULO 6..... 60

ASPECTOS CULTURAIS DA ÁRVORE-DA-FELICIDADE


Lídia Ferreira Moraes
Ingred Dagmar Vieira Bezerra
Pedro do Carmo Barbosa Neto
Ramón Yuri Ferreira Pereira
Brenda Ellen Lima Rodrigues
Vanessa Brito Barroso
Maurivan Barbosa Pachêco
Edson Dias de Oliveira Neto
Amália Santos da Silva
Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6462231016>

CAPÍTULO 7..... 69

APLICAÇÃO DA FARINHA PROVENIENTE DO FRUTO DA PALMEIRA *Aiphanes aculeata* NO DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO PRODUTO ALIMENTÍCIO


Laiza Bergamasco Beltran
Ana Clara Souza
Caroline Eli Pulzatto Meloni
Luís Fernando Cusioli
Anna Carla Ribeiro
Quelen Leticia Shimabuku Biadola
Rosângela Bergamasco
Angélica Marquetotti Salcedo Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6462231017>

CAPÍTULO 8..... 81

PROPAGAÇÃO ASSEXUADA POR ESTAQUIA DE PLANTAS JOVENS DE *Ficus adhatodifolia* SCHOTT EX SPRENG. (MORACEAE) EM FUNÇÃO DO TIPO DE ESTACAS E DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE ÁCIDO INDOLBUTÍRICO

Marilza Machado
Nathalya Machado de Souza
Gabriela Granghelli Gonçalves
Diones Krinski
Marlon Jocimar Rodrigues da Silva
Lin Chau Ming


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6462231018>

CAPÍTULO 9..... 96

ATIVIDADE DO ÓLEO ESSENCIAL DE COPAÍBA (*Copaifera lagsdorfii*) NA ECLOSÃO DE

Meloidogyne javanica


Ana Paula Gonçalves Ferreira
Rodrigo Vieira da Silva
Gabriela Araújo Martins
João Pedro Elias Gondim
Lara Nascimento Guimarães
Nathália Nascimento Guimarães
Edcarlos Silva Alves
Augusto Henrique dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6462231019>

CAPÍTULO 10..... 107

EL PROGRAMA NACIONAL DE EDUCACIÓN EN LA REFORMA AGRARIA (PRONERA) COMO PROMOTOR DEL DESARROLLO RURAL


Raquel Buitrón Vuelta
Conceição Coutinho Melo
Camila Celistre Frotta
Lizane Lúcia de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310110>

CAPÍTULO 11 122

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES DE GUARANÁ ORGÂNICO DO ALTO URUPADÍ, MAUÉS – AM

Cloves Farias Pereira
Sophia Kathleen da Silva Lopes
Lídia Letícia Lima Trindade
João Vitor Ribeiro Gomes Pereira
Sidney Viana Cad Junior
Eduarda Costa da Silva
Stephany Farias Cascaes
Orlanda da Conceição Machado Aguiar
Miquel Victor Batista Donegá
Suzy Cristina Pedroza da Silva
Luiz Antonio Nascimento de Souza
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310111>

CAPÍTULO 12..... 135

FLUXO DE ABASTECIMENTO DE ALFACE E SUAS VARIEDADES: PRINCIPAIS REGIÕES DE ORIGEM E DESTINO

Marta Cristina Marjotta-Maistro
Adriana Estela Sanjuan Montebello
Jeronimo Alves dos Santos
Maria Thereza Macedo Pedroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310112>

CAPÍTULO 13..... 149

Colletotrichum fructicola CAUSANDO ANTRACNOSE EM FOLHAS DE ANNONA spp. NO BRASIL

Jaqueline Figueredo de Oliveira Costa

Janaíne Rossane Araújo Silva Cabral


Jackeline Laurentino da Silva

Tiago Silva Lima

Sarah Jacqueline Cavalcanti Silva

Gaus Silvestre Andrade Lima

Iraíldes Pereira Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310113>

CAPÍTULO 14..... 161

COMPRIENTO DE ONDAS DE LASER NA DESIFECÇÃO DE SEMENTES DE FEIJÃO

Simone de oliveira Lopes

Daniel Rezende de Vargas

Pedro Moreira Agrícola

Paula Aparecida Muniz de Lima

Julcinara Oliveira Baptista


Taisa de Fátima Rodrigues de Almeida

Gardênia Rosa de Lisbôa Jacomino

Maria Luiza Zeferino Pereira

Rodrigo Sobreira Alexandre

José Carlos Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310114>

CAPÍTULO 15..... 175

DESENVOLVIMENTO DE UM PROCESSO ALTERNATIVO DE EXTRAÇÃO A FRIO DE ÓLEO DA POLPA DE PEQUI

Cassia Roberta Malacrida

Rafael Silva Naito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310115>

CAPÍTULO 16..... 182

EVALUACIÓN SOCIOECONÓMICA DE LA CERTIFICACIÓN FORESTAL EN EL EJIDO NOH BEC, QUINTANA ROO, MÉXICO

Zazil Ha Mucui Kac García Trujillo

Jorge Antonio Torres Pérez

Martha Alicia Cazares Moran

Alicia Avitia Deras

Cecilia Loría Tzab

Claudia Palafox Bárcenas

Roger Andrés Tamay Jiménez


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310116>

CAPÍTULO 17..... 194

FATORES EXPLICATIVOS DAS VARIAÇÕES NO PIB E PIB AGROPECUÁRIO GAÚCHOS

Rosane Maria Seibert

Raiziane Cássia Freire da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310117>

CAPÍTULO 18..... 218

IMPACTOS DA FORMAÇÃO TÉCNICA EM AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EXPERIÊNCIAS CONSTRUÍDAS PELO IF BAIANO - CAMPUS BOM JESUS DA LAPA

Junio Batista Custodio

Alexandre Gonçalves Vieira

Rafael da Silva Souza

Renata da Silva Carmo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310118>

CAPÍTULO 19..... 238

IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL - 1996 A 2016

Amanda Rezzieri Marchezini

Adriana Estela Sanjuan Montebello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310119>


CAPÍTULO 20..... 258

POTENCIAL TERAPÊUTICO DO OZÔNIO NA MEDICINA VETERINÁRIA INTEGRATIVA

Valfredo Schlemper

Susana Regina de Mello Schlemper

Ricardo César Berger

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310120>

CAPÍTULO 21..... 270

PROPRIEDADES FÍSICAS, COMPOSIÇÃO E TEOR DE ÁGUA EM GRÃOS


Bruna Eduarda Kreling

Cristiano Tonet

Júlia Letícia Cassel

Tamara Gysi

Bruna Dalcin Pimenta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310121>

CAPÍTULO 22..... 281


FACTORES QUE BENEFICIAN EL CONTROL MICROBIANO DE PLAGAS AGRÍCOLAS CON HONGOS ENTOMOPATÓGENOS: BIODIVERSIDAD Y CONDICIONES CLIMÁTICAS ENTRE LOS TRÓPICOS DE LAS AMÉRICAS

Rogério Teixeira Duarte

David Jossue López Espinosa

Silvia Islas Rivera


Alejandro Gregorio Flores Ricardez
Dario Antonio Morales Muñoz
Luis Ernesto López Velázquez
Raciel Cigarroa arreola
Sergio Hernandez Cervantes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310122>

CAPÍTULO 23.....301

UMA ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE QUALIDADE FÍSICO-QUÍMICA DE MEL PRODUZIDOS POR MORADORES DA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE TEFÉ-AM


Evillin Camille Vitória Franco da Rocha
Francisco Rosa da Rocha
Rinéias Cunha Farias
Paulo Sérgio Taube Junior
Ricardo Alexsandro de Santana
Remo Lima Cunha
Laís Alves da Gama
Leandro Amorim Damasceno
Willison Eduardo Oliveira Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310122>

CAPÍTULO 24.....310

INFLUÊNCIA DOS PRINCIPAIS ATRIBUTOS DO SOLO NO POTENCIAL DE LIXIVIAÇÃO DOS HERBICIDAS

Zacareli Massuquini
Júlia Rodrigues Novais
Miriam Hiroko Inoue
Jakson Leandro Mendes da Silva
Victor Hugo Magalhães de Amorim
Edyane Luzia Pires Franco
Solange Xavier da Silva Borges
Karoline Neitzke
Daniela Matias dos Santos
Andréia Goulart Rodrigues
Augusto Cezar Francisco da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310122>

CAPÍTULO 25.....322

HERBICIDAS NO BRASIL E SUA DETECÇÃO POR BIOENSAIO: UMA BREVE REVISÃO

Victor Hugo Magalhães de Amorim
Júlia Rodrigues Novais
Miriam Hiroko Inoue
Jakson Leandro Mendes da Silva
Zacareli Massuquini
Edyane Luzia Pires Franco
Solange Xavier da Silva Borges
Karoline Neitzke

Daniela Matias dos Santos
Andréia Goulart Rodrigues
Augusto Cezar Francisco da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64622310125>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	337
ÍNDICE REMISSIVO.....	338

CAPÍTULO 10

EL PROGRAMA NACIONAL DE EDUCACIÓN EN LA REFORMA AGRARIA (PRONERA) COMO PROMOTOR DEL DESARROLLO RURAL

Data de aceite: 01/01/2022

Data de submissão: 25/10/2021

Raquel Buitrón Vuelta

Estudiante de Doctorado en la UNC –
Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Doctorado-Sandwiche en la Universidad de
Oregon, Estados Unidos
Integrante del Proyecto DATALUTA del NERA/
UNESP/Brasil
ORCID: 0000-0001-5485-6873

Conceição Coutinho Melo

Estudiante de Doctorado en la UNC –
Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Integrante del Proyecto DATALUTA del NERA/
UNESP/Brasil
ORCID: 0000-0001-7758-3345

Camila Celistre Frota

Estudiante de Licenciatura en Educación del
Campo
Docente del ITERRA/RS/Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8149286662035619>

Lizane Lúcia de Souza

Funcionaria pública en FUNAI – Fundación
Nacional del Indio, Brasil
Estudiante de Especialización en Estudios
Amazónicos – Neaz/CEAM, UnB, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/9887691318292498>

RESUMEN: En este trabajo será presentado el Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria (PRONERA). Su particularidad radica en su vínculo con los movimientos y organizaciones campesinas, indígenas y comunidades

tradicionales en Brasil. Surgió en 1998 a partir de las luchas campesinas de los movimientos sociales, que reivindicaban políticas públicas de educación para el campo brasileño. Este Programa tiene como objetivo garantizar el acceso a la escolarización para jóvenes y adultos que viven en Acampamientos y Asentamientos de Reforma Agraria, financiando cursos desde la enseñanza básica hasta la posgraduación. Analizaremos el histórico del programa desde su origen hasta el año de 2018, y el rol que tuvieron estos actores sociales colectivos (movimientos campesinos, sindicales rurales, instituciones de enseñanza y el Estado), en un proceso lleno de tensiones, conquistas y desafíos desde su surgimiento hasta el momento actual. Como se dio la participación social en una política pública, y cuáles son las lecciones que se aprehenden de este proceso.

PALABRAS CLAVE: Movimientos campesinos, Brasil, Educación del Campo, Política Pública.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) COMO PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

RESUMO: Neste trabalho será apresentado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agraria (PRONERA). Sua particularidade radica no seu vínculo com os movimentos e organizações camponesas, indígenas e tradicionais no Brasil. Surgiu em 1998 a partir das lutas camponesas dos movimentos sociais, que reivindicavam políticas públicas de educação para o campo brasileiro. Este Programa visa garantir o acesso à escolaridade de jovens e adultos residentes

em Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária, financiando cursos que vão da educação básica até a pós-graduação. Analisaremos o histórico do programa desde sua origem até 2018, e o papel desempenhado por esses atores sociais coletivos (movimentos camponeses, sindicatos rurais, instituições de ensino e o Estado), em um processo repleto de tensões, conquistas e desafios desde seu surgimento até o momento atual. Como ocorreu a participação social em uma política pública, e quais são as lições que são compreendidas desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos camponeses, Brasil, Educação de Campo, Políticas Públicas.

1 | INTRODUCCIÓN

Este artículo tiene como objetivo analizar el Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria - PRONERA, política pública del Gobierno Federal administrado por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), una autarquía vinculada al Ministerio de Agricultura Ganadería y Suministro - MAPA.

Los objetivos del Programa son esencialmente proporcionar educación formal a los jóvenes y adultos que son beneficiarios del Plan Nacional para la Reforma Agraria (PNRA), en todos los niveles de educación y áreas de conocimiento; mejorar las condiciones de acceso a la educación pública en el PNRA; y proporcionar mejoras en el desarrollo de los asentamientos rurales a través de la formación y cualificación del público y los profesionales del PNRA que desarrollan actividades educativas y técnicas en los asentamientos.

Según Vuelta (2016), el arreglo institucional del Pronera consiste en una tríade participativa:

- 1. Movimientos sociales y sindicales rurales**, que presentan las demandas de cursos necesarios en las zonas rurales y representan a los alumnos de los cursos;
- 2. Instituciones de Enseñanza**, que ofrecen los cursos a los trabajadores rurales asumiendo la responsabilidad de la estructura pedagógica y física, tales como matrices curriculares, profesores, aulas/clases, bibliotecas, alojamientos, laboratorios, etc.;
- 3. INCRA (Estado)**, que financia la realización de los cursos a través de la transferencia de los valores necesarios para la implementación de los cursos en las Instituciones Educativas.

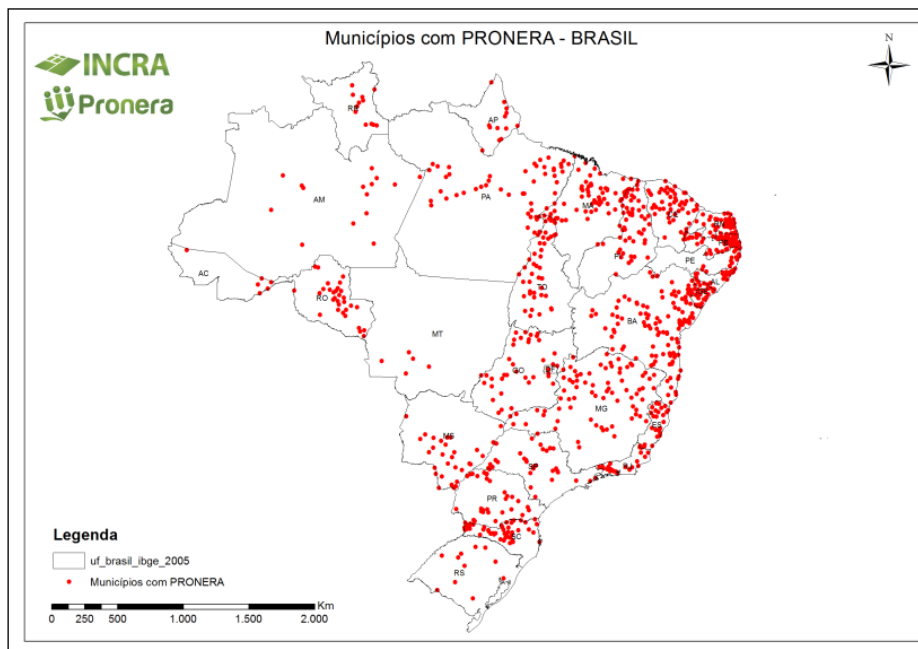


Figura 01 - Cursos PRONERA por município de realização (1998-2015).

Fuente: PRONERA (2016).

En 21 años de existencia (1998-2019), el Programa ha formado más de 185.400 (ciento ochenta y cinco mil) trabajadores y trabajadores rurales de áreas de Reforma Agraria. Fueron realizados 526 (quinientos y veintiséis) cursos en asociación con más de 90 (noventa) instituciones educativas en todo el país, en 913 (novecientos trece) municipios en todas las regiones de Brasil, como se indica en la siguiente figura.

Hay una gran diversidad de cursos, instituciones educativas y movimientos sociales y sindicales rurales, que reflejan la importancia de esta política pública. Según la investigación de la Encuesta Nacional de Educación en Reforma Agraria (II PNERA) – algunos de los cursos ya ofrecidos por PRONERA fueron: Alfabetización y Escolarización en la Modalidad EJA (Educación Juvenil y de Adultos); Nivel Medio en Magisterio; Nivel Medio Técnico en Agricultura, Agroecología, Agroindustria, Salud Comunitaria y Enfermería; Técnico Integrado de Nivel Medio en Agricultura, Agroindustria, Agricultura, Agricultura, Agroindustria y Ciencias Animales; Educación superior en: Agronomía, Pedagogía de la Tierra, Historia, Grado en Pedagogía, Medicina Veterinaria, Derecho, Ciencias Sociales, Trabajo Social; e Especialización en Agricultura Familiar Campesina y Educación de Campo; entre otros. A modo de ejemplo, algunos de estos movimientos sociales y sindicales ya han sido socios de PRONERA: Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), Asociación de Hogares de Familia Rural de Pará (ARCAFAR), Asociación de Trabajadores Rurales de Oriximiná/PA, Cooperativa de Pequeños Productores y Agroecólogos del Sur de Bahía,

Familia Agrícola Escolar del Padre Bernardo/GO, Movimiento de Pequeños Agricultores, Pastoral de la Juventud Rural, Confederación Nacional de Trabajadores de la Agricultura (CONTAG).

Algunas de las Instituciones Educativas que ya se han asociado con el PRONERA para ofrecer cursos para trabajadores rurales fueron: Universidad Federal de Pará (UFPA), Universidad Estatal de Ceará (UEC), Universidad Rural Federal de Pernambuco (UFRPE), Universidad Federal de Goiás (UFG), Universidad del Estado de Bahía (UNEB), Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidad Federal de Viçosa (UFMG), Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (UFRRJ), Universidad Federal de Acre (UFAC), Universidad de Sao Paulo (USP), entre muchas otras instituciones educativas que ya han ofrecido cursos a través del PRONERA.

2 | CONTEXTO HISTÓRICO

La educación en las zonas rurales de Brasil tenía como objetivo principal mecanizar el campo y así “modernizar” al campesino, rebajando su cultura, vista como un ejemplo de retraso. La educación rural, por lo tanto, reforzó una imagen negativa de los campesinos y de su estilo de vida, animándolos a abandonar el campo, buscando la ascensión social en los centros urbanos. Aunque esta es una tendencia predominante a lo largo de la historia de la educación rural, otras perspectivas surgieron a partir de los finales de la década de 1950 (FREITAS, 2011).

Esta nueva visión, más crítica, desarrollada y mejorada por las iniciativas populares culminó con la creación de PRONERA. Por lo tanto, es necesario llevar a cabo un breve abordaje histórico-político de Brasil a partir de este período.

A principios de la década de 1960, el debate en torno a la reforma agraria influiría algunas propuestas pedagógicas, principalmente para la educación de adultos, dirigidas a los sectores populares tanto de la ciudad como del campo, creando así la concepción de la educación popular.

En esta época, el educador Paulo Freire coordinaba el Programa Nacional de Alfabetización – durante el mandato del Presidente Joao Goulart – a través del método de alfabetización para adultos que él mismo desarrolló.

Silva (2006) describe brevemente los movimientos y organizaciones importantes en la construcción de propuestas pedagógicas. Esas propuestas, en su mayor parte, tenían como referencia el “método Paulo Freire”, que influyó directamente en el debate sobre la educación rural antes del golpe militar de 1964:

La movilización de la sociedad brasileña en defensa de la escuela encontró en esas ideas fundamentos para sus propuestas y espacio para la formulación de movimientos pedagógicos y sociales que con sus acciones demarcaron una nueva perspectiva y contribuyeron en trabajos posteriores en el campo de la educación popular, nos gustaría por lo tanto destacar los siguientes

movimientos y organizaciones: *movimientos* de educación popular (MCP, CPC, la campaña De Pie en el Suelo también se aprende a leer, MEB); *Movimientos* de Acción Católica (JAC, JEC, JIC, JOC y JUC) y Acción Popular; *movimientos sociales del campo* (Liga Campesina, Ultab, Master) (Silva, 2006, p. 70, traducción nuestra).¹

Con el golpe militar de 1964 llegó la represión y, como consecuencia, la desarticulación de los movimientos sociales. Los líderes y educadores involucrados con la educación popular fueron perseguidos y exiliados, como fue el caso del educador Paulo Freire. El Programa de Alfabetización que él coordinaba, se convirtió en el Movimiento Brasileño de Alfabetización – MOBRAF, que muy poco se asemejaba a su método pedagógico.

A pesar de la coyuntura impuesta por la dictadura, algunos focos de resistencia que influyeron en la educación en las zonas rurales se mantuvieron por medio de los movimientos progresistas de la Iglesia Católica que reiniciaron la articulación, la formación de liderazgo y la organización de base en las comunidades. Silva (2006) destaca como espacios de resistencia en este período: las Organizaciones de la Iglesia (Comunidades Eclesiales Básicas - CEBs y la Comisión de Pastoral de la Tierra - CPT), el movimiento sindical rural (Confederación Nacional de Trabajadores Agrícolas - Contag) y la Pedagogía de la Alternancia.

A partir de esto, surgieron grandes manifestaciones populares en la década de 1970 que reivindicaban el fin de la Dictadura Militar y la constitución de un Estado Democrático de Derecho, resultado de la crisis social provocada por la represión y la concentración de la propiedad de la tierra durante el régimen autoritario.

Varios agentes sociales, como los sindicatos, las Comisiones Pastorales de Base, las asociaciones de residentes, los estudiantes, etc., se dieron a la calle para luchar por sus derechos. Según Telles (2008) y Dagnino (1994), los movimientos sociales surgieron con fuerza en este período y fueron vistos como organizaciones que estaban inaugurando nuevas dinámicas políticas, nuevas instituciones con significado social, trayendo nuevos discursos, reflejo de nuevas formas de conflicto y sociabilidad.

Para Avritzer (2010) fueron introducidos conceptos como la democracia deliberativa o el empoderamiento, los estudios sobre participación y el acceso a los bienes públicos. El autor señala que los consejos organizadores de políticas sociales son aquellos que cuentan con la participación de la sociedad civil organizada, con las características que surgieron de las acciones del movimiento de la sociedad civil, que fueron expresadas cuando se elaboró la Constitución Federal, promulgada en 1988, y se articulan con otras políticas participativas estatales y municipales. (Avritzer, 2010).

El mismo autor enseña que el elemento innovador en este período de transición democrática fue la creación de nuevos espacios para la argumentación deliberativa, pues

1 Movimento cultural popular (MCP); Centros Populares de Cultura (CPC); Movimento de Educação Básica (MEB); Juventud Católica Agraria (JAC); Juventud Estudantil Católica (JEC); Juventud Católica Independiente (JIC); Juventud Joven Otona Católica (JOC); Juventud Universitaria Católica (JUC); Unión de Agricultores y Trabajadores Agrícolas del Brasil (ULTAB); Movimento de Agricultores Sin Tierra (MASTER). (MELO, 2016)

surgieron organizaciones sociales y mecanismos institucionales más allá del voto popular que ampliaron la participación política de todos, por medio del diálogo y la argumentación de estos diferentes intereses existentes en una sociedad multicultural. Como el Estado no dispone de suficiente información para tomar decisiones para el bien común, los nuevos agentes sociales aportaban información que eran debatidas y construidas de un modo colectivo. En las palabras del autor “Surge la emergencia de una pluralidad de discursos no necesariamente expresados por el medio electoral”. (Avritzer, 2007).

Se observa que el cambio se produce en el paradigma de integración de prácticas participativas no institucionalizadas, tales como, audiencias públicas, conferencias, consejos, gestión colectiva de las políticas públicas, presupuesto participativo, etc., con prácticas participativas institucionalizadas, como las elecciones, por ejemplo. Es decir, el ejercicio democrático debe ser practicado constantemente, no sólo en algunos momentos específicos.

Fue en ese contexto de las décadas de los 80 y 90 que ocurrieron, con frecuencia cada vez mayor, ocupaciones de tierras, y la reanudación del debate y de la presión para la Reforma Agraria. Así, los campesinos se organizan en movimientos sociales del campo, como el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra - MST, la Confederación Nacional de Trabajadores Agrícolas - CONTAG, y la Comisión Pastoral de la Tierra - CPT, hicieron marchas, ocupaciones, manifestaciones, como forma de luchar por sus derechos. Reivindicaban el derecho a tierra para tener condiciones dignas de vida y ciudadanía.

Es precisamente en este período que los movimientos sociales del campo resurgen con fuerza como sujetos que reivindican políticas públicas para el campo. Sousa Junior (2008a) define los movimientos sociales como sujetos colectivos de derechos, que saben auto organizarse y auto determinarse, en busca de la transformación social. Aportan nuevas formas de luchar por los derechos, ya que las movilizaciones de las clases populares con nuevas prácticas políticas, organizadas en movimientos sociales, son nuevos actores en el escenario político.

El Profesor Sousa Junior (2008a) afirma que son en las reivindicaciones y demandas sociales que emergen identidades colectivas que se afirman los derechos de los trabajadores rurales. En la lucha por los derechos, existe un carácter colectivo del sujeto de los derechos. La carencia por la que pasan los campesinos, como grupo social, hace con que ellos reivindiquen el derecho a la tierra y a las políticas públicas. Esta carencia es vista como la negación de un derecho, lo que resulta en una lucha por conquistar estos derechos por medio agrupaciones colectivas, que son los movimientos sociales.

Para Gohn (2008), algunos de estos movimientos sociales empezaron a participar como nuevos sujetos en la escena política sin intermediarios, con poder propio. Son organizaciones democráticas que se construyeron a partir de la base, es decir, de la organización de las demandas de las comunidades. Estos movimientos, organizados a partir de la resistencia contra el régimen militar, adquieren un importante papel en la

transición política del sistema de gobierno y continúan a ejercer función política hasta el día de hoy.

La lucha por la tierra en Brasil, por ejemplo, se reanuda especialmente entre el período comprendido entre los años de 1979 a 1984, demuestra la organización de la base citada por el autor, habiendo sido construida por medio de ocupaciones y campamentos, realizados principalmente en el estado de Río Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Sao Paulo y Mato Grosso do Sul, culminando en la fundación del MST en 1984.

Al mismo tiempo que ocurre la lucha por la tierra y por otras demandas sociales, la educación popular se establece como una de las concepciones de educación del pueblo, con avances en la elaboración pedagógica y prácticas educativas. En este proceso, existe el reconocimiento de la educación formal como un derecho, y la escuela pasa a ser considerada un espacio importante de disputa de hegemonía y de resistencia (PALUDO, 2012).

En la década de 1990, por lo tanto, los movimientos sociales del campo acumulan ideas acerca de la estructura de la educación en el campo e inician un movimiento hacia una nueva forma de educar, en la que los sujetos del campo sean participantes en el proceso de aprendizaje, con currículos adecuados a la realidad rural. Surge, así, el movimiento a favor de una educación diferente a la que se llevaba a cabo en las zonas rurales.

Por lo tanto, surge una articulación social en torno de una educación que valoriza la cultura campesina, su autonomía y especificidades, es decir, una educación que no es apenas una transferencia de los contenidos de la ciudad al campo, sino que sea una educación del campo. De esta forma, Caldart, 2004 menciona lo siguiente:

La Educación del Campo nació pegada al trabajo y la a cultura del campo. Y no puede perder esto en su proyecto, pues la lectura de los procesos productivos y de los procesos culturales formadores (o deformadores) de los sujetos del campo es una tarea fundamental de la construcción del proyecto político y pedagógico de la Educación del Campo. El trabajo forma/ produce al ser humano. La Educación de Campo necesita recuperar toda una tradición pedagógica de valorización del trabajo como principio educativo, de comprensión del vínculo entre la educación y la producción [...] (CALDART, 2004, p.32, traducción nuestra).

En este sentido, la lucha por la reforma agraria y la educación sobre del campo, a partir de mediados de la década de 1990, gira en torno de reivindicaciones que van más allá de la tierra y la escolarización. Lo que crea las pautas, en otras palabras, es la búsqueda por justicia social, redistribución y reconocimiento de los pueblos del campo.

En la década de 1990, por tanto, los movimientos sociales del campo acumularon ideas sobre la estructura de la educación del campo e inician una movilización a una nueva forma de hacer educación, en la cual los sujetos del campo sean participantes del proceso de aprendizaje, con currículos adecuados a la realidad rural. Surgió, así, el movimiento hacia la educación diferente de la que estaba siendo realizada en las áreas rurales. (Melo, 201, p.57, traducción nuestra).

Destacamos aquí la materialización del derecho a la Educación de Campo en Brasil a partir de la experiencia de PRONERA. Esta política tiene en sus principios y objetivos atender a las especificidades de las poblaciones del campo, que históricamente fueron constituidoras de colectivos hechos desiguales no sólo en el contexto de diferencias económicas, pero también en la dimensión del no reconocimiento de derechos, como por ejemplo, el derecho a una educación específica.

Entretanto, hubo grandes luchas para que se llegase a la creación de PRONERA, teniendo en vista que el período estuvo marcado por violencia y asesinatos. En agosto de 1995, 12 personas fueron muertas en Rondonia, en el episodio conocido como “La Masacre de Corumbiara”. Meses después, el 17 de abril de 1996, 19 campesinos fueron asesinados en la masacre de Eldorado de Carajás³, hecho que repercutió con gran expresión en la coyuntura nacional e internacional. Este episodio llevó al gobierno del presidente Fernando Henrique Cardoso a crear el Ministerio Extraordinario de Política de Tierras, nombrando a Raúl Jungmann ministro.

Un año después de la masacre de Eldorado, el MST organiza la Marcha Nacional por Empleo y Justicia, con más de mil trabajadores sin tierra. Jungmann, en un intento de encaminar soluciones y minimizar las repercusiones negativas de las masacres, convoca al Consejo de Rectores de las Universidades Brasileñas (CRUB) para, junto con el gobierno, pensar y proponer acciones para la reforma agraria.

Después de algunas reuniones entre el ministro y la presidencia del CRUB, fue articulado el Foro de las Instituciones de Educación Superior en apoyo a la Reforma Agraria. La primera asociación fue la realización del Censo Nacional de los Proyectos de Asentamiento de la Reforma Agraria en Brasil, realizado por las universidades a partir de un convenio con el Inca. El CRUB cuantificó las familias asentadas hasta el 31 de octubre de 1996 (Molina, 2003) y reveló que los índices de escolarización en los asentamientos eran extremadamente bajos (Jesus; Molina, 2010).

El paso siguiente, a través de la realización del II Foro de las Instituciones de Educación Superior en Apoyo a la Reforma Agraria, fue la propuesta de participación de las universidades en los trabajos de asistencia técnica, a través del Proyecto Lumiar, creado en 1997.

Y así, en 1997 se realizó el I Encuentro Nacional de Educadores y Educadores de la Reforma Agraria - I ENERA. Esta reunión fue promovida por el Grupo de Trabajo de Apoyo a la Reforma Agraria de la Universidad de Brasilia - GT/UnB, Sector Educativo del MST (Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra), teniendo el apoyo de la UNICEF (Fundación de las Naciones Unidas para la Infancia), del Fondo de las Naciones Unidas para la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB). Además de los trabajadores rurales, el ENERA contó con la participación de más de veinte Universidades brasileñas. Se presentaron las experiencias ya desmenuadas por las universidades en el ámbito de la educación en la Reforma Agraria, fruto de la gran

demanda de los movimientos sociales para la educación en el ámbito rural. Hasta entonces no había una política pública específica en el Plan Nacional de Educación, resultando en una situación deficiente de oferta educativa en el campo brasileño.

En la I ENERA, se creó una Comisión para presentar al III Foro de Instituciones de Educación Superior en apoyo de la reforma agraria (noviembre de 1997), una propuesta de educación para el Ministerio Extraordinario de Política de Tierra – MEPF, INCRA y CRUB. Esta Comisión demandó al gobierno federal un Programa que atendiese las necesidades educativas en las zonas rurales.

Al año siguiente, en Luziania (GO), estos mismos actores sociales promovieron la 1a Conferencia Nacional para una Educación Básica del Campo, y a partir de esta conferencia se comenzó la Articulación Nacional para una Educación Básica del Campo. La Conferencia fue precedida por 20 reuniones estatales, y además del texto básico para los debates, se elaboró un documento final que definía los objetivos de esta articulación nacional:

Mobilizar a los pueblos del campo para conquistar/construir políticas públicas en el área de la educación y, principalmente, de la educación básica [...]; contribuir en la reflexión político-pedagógica de una educación básica del campo, partiendo de las prácticas ya existentes y proyectando nuevas posibilidades (Arroyo; Fernandes, 1999, p.51, traducción nuestra).

Esta acumulación de acciones, discusiones, articulaciones, combinada con el apoyo de la sociedad a la Reforma Agraria, condujo a la creación de PRONERA, a través de la Ordenanza N° 10 del 16 de abril de 1998, del Ministerio Extraordinario de Política de la Tierra, siendo ejecutada por Incra.

Cabe destacar, en esta historia de PRONERA, la forma en que se construyó. Los objetivos, principios básicos y los modos teóricos-metodológicos discutidos en varias reuniones que tuvieron lugar en la Universidad de Brasilia, y que contaban con la participación de los representantes de las universidades que componían la Comisión Pedagógica, de los integrantes del Sector Nacional de la Educación del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra y de miembros de la Confederación Nacional de Trabajadores Rurales en Agricultura, Contag. La participación de los movimientos sociales en la elaboración del Programa fue muy significativa y trajo importantes contribuciones para el Estado, que históricamente había estado menospreciando las demandas y las especificidades educacionales del campo. (Molina, 2003, p. 55, traducción nuestra).

Se puede considerar que esto fue un divisor de aguas entre la obsoleta educación rural y la nueva forma de pensar sobre la educación, que surgió como resultado de la lucha social llamada Educación del Campo. Fernandes y Molina (2004) consideran que el origen de la educación rural se basa en el pensamiento latifundista empresarial, asistencialista y de control político sobre la tierra y las personas que en ella viven. Los autores ponderan que el movimiento por una Educación de Campo es contrario a esta visión arcaica de la educación, porque concibe el campo como un espacio de vida y resistencia, de lucha por el acceso y la permanencia en la tierra que garantiza un *modus vivendi* que respeta las diferencias de las

relaciones sociales, trabajo, cultura y relación con la naturaleza. (Fernandes; Molina, 2004). Según con Caldart (2008), “por nuestro referencial teórico, el concepto de Educación del Campo tiene raíz en su materialidad de origen y en el movimiento histórico de la realidad al que se refiere. [...]. La materialidad de origen (o de raíz) de la Educación del Campo requiere que ella sea pensada/trabajada en la tríada: Campo - Política Pública – Educación” (Caldart, 2008, p.69 – 70, traducción nuestra).

Como resultado de la gran presión social de ese período, impulsada tras la Masacre del Eldorado dos Carajás, una de las medidas adoptadas por el Gobierno Federal fue la creación de PRONERA el día 16 de abril de 1998, a través de la Ordenanza No 10/98, del entonces Ministerio Extraordinario de Política De Tierras y luego complementada por la Ley No 11.947 de 16/06/2009 y por el Decreto Presidencial No 7. 352 de 04/11/2010, artículo. 2, que regula los Principios de la Educación del Campo.

Este fue el comienzo de una nueva forma de construir políticas públicas en el ámbito de la educación para las zonas rurales. Así, el Estado comenzó a reconocer la diversidad existente en el campo brasileño, específicamente en el área de la Educación. La conquista de este programa de educación específico para los beneficiarios de la reforma agraria fue el primero de muchas que se han logrado a lo largo de estos 22 años.

En el ámbito rural hay intereses de los diferentes actores sociales que no son homogéneos. Hay una desigualdad que ocurre debido a contradicciones relacionadas a la Cuestión Agraria Brasileña⁴. Hay dos proyectos de desarrollo opuestos que tienen sus propias ideologías, defienden los intereses de clases y disputan la hegemonía en la sociedad: la agroindustria (modelo hegemónico) frente a la agricultura familiar y campesina (modelo contra hegemónico). El PRONERA surge de la presión de los actores de este último modelo: la Agricultura Familiar y Campesina.

Siendo así, se puede afirmar que el surgimiento del PRONERA se inserta en el contexto de la evaluación de Ivanete Boschetti (2009), según la cual, las políticas públicas son el resultado de relaciones históricas y contradictorias entre el Estado y la sociedad en la construcción de los derechos y democracia. Para la autora, el surgimiento de una política social se deriva de las complejas y contradictorias relaciones entre el Estado y las clases sociales en cada contexto histórico.

Por lo tanto, para entender el origen de una política pública, Boschetti (2009) señala que es fundamental situar el surgimiento de esta en un contexto histórico, cuáles fueron las cuestiones sociales que determinaron su origen. Por lo tanto, de acuerdo con lo explicado durante la contextualización, el PRONERA surge de la presión social de una determinada clase social, de los trabajadores rurales, organizados en movimientos sociales y sindicales.

En ese sentido, Vuelta (2016) señala que las políticas públicas deben ser gestionadas, acompañadas y monitoreadas por la población (participación social), teniendo como base el control social de los programas públicos. Pues el espacio público es una construcción social e histórica en la relación entre Estado y sociedad, y por ello con contradicciones y

conflictos.

3 I PRONERA COMO PROMOTOR DEL DESARROLLO RURAL

En este apartado, queremos traer algunos datos que muestran la importancia de este Programa, resultado de la demanda de los movimientos campesinos.

Según el Informe DATALUTA – Base de Datos de Lucha por la Tierra, hasta el año de 2018 existían en Brasil 9.451 Proyectos de Asentamientos (PAs), siendo que la mayoría de ellos se concentran en las regiones noreste y norte del país, con un total de 6.493 PAs (68,7 %), beneficiando a 861.851 familias (77%).

Región	No. de los PAs	Superficie (ha)	Familias	% de Familias	% de área (ha)
Norte	2.163	61.137.402	504.073	45,0%	74,53%
Noreste	4.330	10.468.295	357.778	31,9%	12,76%
Centro-Oeste	1.264	8.018.496	162.700	14,5%	9,77%
Sureste	857	1.583.495	56.232	5,0%	1,93%
Sur	837	827.923	40.192	3,6%	1,01%
Total	9.451	82.035.611	1.120.975	100 %	100 %

Cuadro 1 : Datos de PAs en Brasil (Número, área y familias beneficiadas).

Fuente: DATALUTA, 2018.

Se observa paralelamente los altos índices de alfabetismo rural, los cuales revelan que entre 14% y 18% de la población rural, en las regiones Centro-Oeste, Noreste y Norte todavía son analfabetos, regiones estas donde se sitúan la grande mayoría de los asentamientos de la Reforma Agraria (IBGE, 2010). Noreste y Norte siguen siendo analfabetas, regiones donde se encuentran la gran mayoría de los asentamientos de Reforma Agraria (IBGE, 2010).

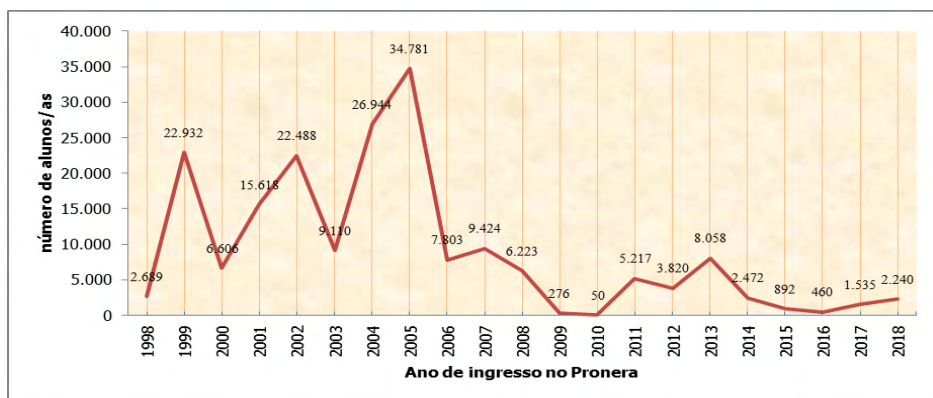
Así, la Reforma Agraria en Brasil es una necesidad histórica fundamental considerando, entre otros factores: la distribución desigual de las tierras, la creciente concentración de tierras en manos de grandes grupos económicos y la sobre explotación de la fuerza laboral que ha generado situaciones similares a la esclavitud. Por lo tanto, la Reforma Agraria no puede ser tratada como una política compensatoria.

Por lo tanto, es evidente que el establecimiento de Proyectos de Asentamiento no siempre fue acompañado por propuestas de desenvolvimiento, a fin de garantizar el establecimiento y consolidación de procesos productivos. A esto hay que añadir algunos vectores de conflictos, tales como: grandes obras de infraestructura, avance del agronegocio y minería, que des-territorializan comunidades enteras.

Teniendo en cuenta de lo expuesto, se comprende que una de las principales formas

de contribuir al desenvolvimiento de los asentamientos es a través del acceso al derecho universal a la educación en todos los niveles.

De esta forma, se observa en la figura 02, el número de estudiantes que anualmente ingresan en el programa:



Fuente: INCRA, 2019. Elaboración: autores.

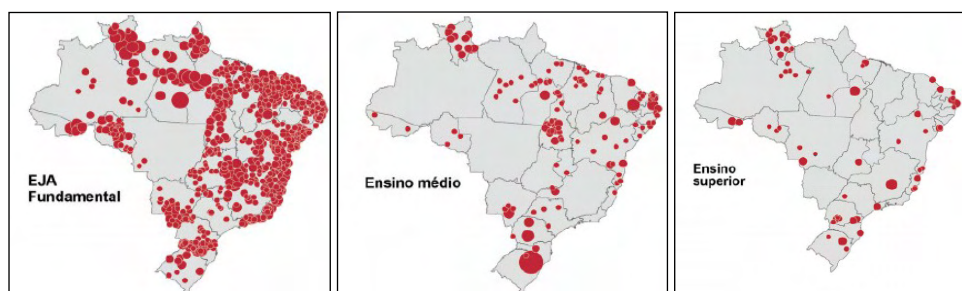


Figura 02 – Número de estudiantes ingresados anualmente (1998-2018).

Fuente: INCRA, 2018

En 2019, según la página oficial del Incra, el PRONERA permitió la participación de 191.694 estudiantes en 529 cursos ofrecidos a lo largo de 21 años de existencia.

4 | CONSIDERACIONES FINALES

Por lo expuesto en el presente artículo, se concluye que los cursos realizados a través del PRONERA hasta 2018 promovieron el acceso a la educación de diversas personas, elevando el nivel de escolaridad del público de la Reforma Agraria. Se resalta que en el medio rural la educación todavía necesita ser democratizada a través de la generación de una enseñanza de calidad, donde los conocimientos locales sean valorizados y vayan más allá de eso: para que tanto los conocimientos populares como el conocimiento universal

sean compartidos y estudiados de forma crítica, en los que las personas se apropien, decidan y transformen la realidad de la comunidad donde viven.

Siendo así, se refuerza la importancia de la continuidad y manutención del PRONERA para que los datos relativos al aumento del nivel de escolaridad puedan avanzar y os niveles de analfabetismo para el público de la Reforma Agraria disminuyan gradualmente hasta su erradicación.

Conforme pudimos ir analizando en el transcurso de este artículo, el Pronera nace y crece por demanda y presión de los movimientos socioterritoriales campesinos. Surgiendo paralelamente a la Educación del Campo, la cual supera los paradigmas estipulados por la educación rural, al poner como protagonistas a los movimientos sociales. Así, la participación social se materializa dentro del Estado, ocupando un espacio democráticamente construido a lo largo de los años.

Teniendo en vista todo el histórico relativo a la Reforma Agraria, así como la reglamentación legal discutidas a lo largo del presente trabajo, se resalta la importancia del papel esencial que tuvieron los movimientos campesinos en la creación y consolidación de políticas públicas para el campo. Cuando el Estado es obligado a reconocer la diversidad existente en el campo brasileño, y construye diferentes mecanismos de participación social en los programas gubernamentales, se da un paso más hacia la consolidación de la democracia en Brasil.

REFERENCIAS

- Arroyo, M. G; Fernandes, B. M. (1999). **“A educação básica e o movimento social do campo”**. Coleção por uma educação básica do campo, n 2. Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação básica do campo.
- Avritzer, L. (2007) **“Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação”**. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 443 a 464.
- Avritzer, L. (2010). **“O Papel da Participação nas Políticas Sociais do Governo Federal”**. Em: Silva, F. S. E, Lopez, F. G. e Pires, R. R C. (orgs). *Estado, Instituições e Democracia: democracia - Volume 2 / Brasília*.
- Boschetti, I. (2009). **“Avaliação de Políticas, programas e projetos sociais”**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. 1ed. Brasília: CFESS, v. 1, p. 575-592.
- Caldart, R. S. (2004). **“Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo”**. In: Molina, M. C; Azevedo de Jesus, S. M. S. (org.). *“Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo”*. Brasília: Articulação Nacional *“Por uma educação do Campo”*.
- Caldart, R. S. (2008). **“Sobre Educação do Campo”**. In: S. C. (org.). *Educação do Campo: campo-políticas públicas – educação*. Brasília: Incra/MDA.

- Dagnino, E. (1994). **“Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania”**. In: Evelina Dagnino”. (Org.). Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. S. Paulo: Brasiliense, p. 103-115.
- DIEESE. (2011). Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>. Brasília: 2011.
- Freitas, H. C. A. (2011). **“Rumos da Educação do Campo”** Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011.
- Garske, L. M. N.; Cunha, É. V. R. (2012). **“Educação do Campo: intencionalidades políticas e pedagógicas”**. Cuiabá: edUFMT.
- Gohn, M. G. (2008). **“Movimentos sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores sociais”**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.
- IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/htm>>. Brasília.
- INCRA (2015). Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **“2° PNERA, Pesquisa Nacional de Educação da Reforma Agrária”**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/pronera/pnera2pesquisaeducareformaagraria.pdf>. Brasília.
- Molina, M. C. (2003). **“A Contribuição do Pronera na construção de Políticas Públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável”**. 2003. 282 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- Melo, C. (2016). **“O curso Técnico em Cooperativismo realizado através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): uma análise baseada na Abordagem das Capacitações”**. Mestrado em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). file:///C:/Users/conceicao/Downloads/001055149%20(1).pdf.
- Molina, M. C.. Fernandes, B. M. In: Molina, M. C.; Azevedo J. S. M. S. (org.). (2004). **“Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo”**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma educação do Campo”.
- Oliveira, L. M. T.; Campos, M. (2012). Educação Básica do Campo. In: Caldart, R. S. et al. (org.). **“Dicionário da Educação do Campo”**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular.
- Paludo, C. (2012). Educação Popular. In: Caldart, R. S. et al. (org.). **“Dicionário da Educação do Campo”**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular.
- Silva, M. do S. (2006). **“Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo”**. In: Molina, M. C. (org.) Educação do Campo e Pesquisa – Questões para reflexão, MDA: Brasília.
- Sousa Júnior, J. G. (2008a). **“Direito como Liberdade: o Direito Achado na Rua. Experiências Populares Emancipatórias de Criação do Direito”**. Programa de Pós Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília – UNB. (Tese de Doctorado).
- Telles, V. (2008). **“Direitos sociais. Afinal do que se Trata?”** Belo Horizonte, Ed. UFMG.

Vuelta, R. B. (2013). **“Pelo direito de estudar: A 1ª turma de Direito do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)”**. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Unb, Brasília, Brasil.

Vuelta, R. B. (2016). **“A participação social na gestão de políticas públicas: o caso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA”**. ENAP – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, Brasil.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abastecimento 5, 32, 44, 50, 58, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 169, 172, 176, 242, 249, 257, 308

ácido indolbutírico 81, 86, 90, 91, 94

Ácido indolbutírico 4, 81

Agricultores de guaraná orgânico 5, 122

Agricultura 3, 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 22, 23, 24, 25, 32, 35, 36, 44, 45, 47, 53, 54, 58, 79, 94, 96, 98, 103, 108, 109, 110, 115, 116, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 134, 169, 172, 184, 188, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 229, 231, 234, 235, 238, 241, 242, 243, 249, 254, 255, 256, 257, 270, 271, 273, 278, 285, 296, 298, 299, 301, 308, 309, 310, 316, 319, 322, 325, 335, 336

Agricultura orgânica 22, 126, 132, 134

Agricultura patronal 3, 1, 2, 5, 7, 8

Aiphanes aculeata 4, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Alface 5, 31, 32, 49, 50, 51, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 330

Alimentação saudável 45, 47, 48, 55

Alimento funcional 22, 36

Alimento natural 10

Annona muricata 150, 152, 156, 158

Annona squamosa 150, 152, 156, 158, 159

Árvore-da-felicidade 4, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Atributos do solo 8, 310, 311, 312, 313

B

Biodiversidad 7, 281, 282, 284, 286, 287, 288, 289, 292

Bioensaio 8, 313, 322, 323, 324, 327, 328, 329, 333, 334

Brasil 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 32, 35, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 58, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 77, 78, 83, 92, 94, 97, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 123, 124, 137, 138, 140, 143, 147, 149, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 164, 165, 169, 172, 176, 196, 198, 200, 211, 214, 216, 221, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 247, 256, 257, 278, 281, 285, 286, 287, 299, 300, 301, 303, 304, 306, 307, 308, 309, 313, 314, 322, 323, 324, 325, 326, 330, 333, 335, 336

C

Carotenoides 3, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 69, 71, 289

Cerrado 78, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 175

Certificação 122, 123, 124, 125, 126, 132, 133, 134
Certificación forestal 6, 182, 184, 185, 190, 191
Clínica médica 258
Colletotrichum fructicola 6, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 159
Complexo agroindustrial 7, 238, 239, 240, 242, 243, 248, 249, 253, 254, 255, 257
Composto orgânico 22, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 86
Comunidades forestales 182, 191
Condiciones climáticas 7, 281, 284, 288
Conservação de grãos 271
Conservação on farm 35, 36, 44
Contração volumétrica 270, 271, 277, 279, 280
Control de plagas 281, 282, 283, 285, 286, 287, 291, 292
Controle alternativo 97, 103, 105
Cultivo da chia 3, 22, 24, 31

D

Desifecção de sementes 6, 161
Destino 5, 6, 128, 129, 133, 135, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 240, 246, 324, 333
Detecção de herbicidas 323, 324, 327, 328, 330, 333
Diversificação produtiva 1

E

Educación del campo 107, 113, 115, 116, 119
Entomopatógenos 7, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Estaquia 4, 64, 65, 67, 81, 82, 90, 91, 92, 93, 94, 95
Evaluación socioeconómica 6, 182
Exportação 5, 159, 238, 242, 243, 247, 248
Extração 6, 34, 38, 98, 152, 159, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 262, 328

F

Farinhas naturais 70
Fatores econômicos 3, 10, 13, 194, 195, 196, 207, 210, 213
Fatores explicativos 7, 194, 201, 210, 213
Figueira branca 82, 83
Físico-química 8, 301, 308, 309

Fitonematoide 97, 98

Fluxo 5, 135, 138, 146, 255, 312

G

Germinação 24, 94, 154, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 276, 313, 330

H

Herbicidas 8, 38, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 334, 335, 336

Hongos entomopatógenos 7, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 295, 297, 298, 299, 300

Hortaliças 3, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 104, 106, 124, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 148

I

Impacto social 182, 184, 187

Inovação 22, 23, 134, 172, 221, 222

L

Lixiviação 8, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 324

M

Manejo forestal 182, 183, 184, 185, 187, 191, 192

Mão de obra 124, 137, 197, 238, 241, 242, 243, 248, 249, 251, 328

Maturidade fisiológica 38, 270, 271, 272, 273, 276

Mel 8, 6, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309

Meloidogyne javanica 5, 96, 97, 100, 101, 104, 105, 106

Mercado atacadista 3, 45

Monocultura do arroz 1

Movimientos campesinos 107, 117, 119

Multi-locus 150, 153, 155, 157

N

Nematicida natural 97

O

Óleo 4, 6, 49, 50, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 158, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 264

Óleo essencial de copaíba 4, 96, 97, 100, 101, 102, 103
Origem 5, 14, 24, 45, 47, 54, 56, 62, 92, 103, 105, 108, 135, 139, 141, 142, 143, 144, 195
Ozônio medicinal 258, 259, 263

P

Padrão 64, 74, 76, 77, 81, 143, 178, 179, 223, 240, 264, 301
Palmeira 4, 10, 69, 70, 71, 72, 77
Parâmetros de qualidade 8, 301
Pecuária extensiva 1, 2, 5, 8
Pequi 6, 98, 102, 105, 175, 176, 177, 178, 179, 180
Pharmacosycea 82, 83, 85
Phaseolus vulgaris L 162, 164, 166, 173, 280, 324
PIB agropecuário 7, 194, 195, 204, 208, 209, 210, 211, 213
PIB Gaúcho 194, 196, 201, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212
Plaguicidas 281, 282, 297
Plantas daninhas 24, 310, 311, 312, 313, 315, 316, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 333, 335, 336
Plantas ornamentais 60, 61, 62, 66, 67
Plantas suscetíveis 323
Política pública 107, 108, 109, 115, 116
Polyscias spp 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66
Ponto de colheita 270, 271
Potencial terapêutico 7, 258
Processo alternativo 6, 175
Produção de mudas 61, 65, 66, 67
Produtos sem glúten e lactose 70
Propagação assexuada 4, 81, 92
Propriedades físicas 7, 78, 270, 271, 272, 273, 274, 277, 278, 279, 280
Propriedades tecnológicas 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77

Q

Qualidade 2, 8, 4, 10, 13, 16, 17, 18, 22, 23, 31, 33, 43, 56, 57, 62, 64, 66, 71, 75, 80, 122, 124, 125, 126, 136, 137, 162, 163, 164, 166, 167, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 181, 196, 197, 199, 212, 220, 222, 223, 240, 260, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 279, 280, 301, 302, 303, 306, 307, 308, 309, 314, 315, 328

R

Reforma agrária 5, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

S

Saúde única 258

Secagem e beneficiamento 271

Sistema agrário 3, 1, 2, 3, 5, 6

Socioeconômica 5, 4, 6, 19, 122, 125, 126, 220

Solo 8, 4, 5, 7, 22, 23, 24, 29, 31, 32, 33, 37, 50, 53, 59, 61, 63, 65, 83, 85, 86, 103, 105, 130, 131, 220, 231, 241, 281, 282, 286, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336

T

Terapia complementar 258

Tilápia 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21

Tipos de cultivo 10

U

Ultrassom 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

V

Vigor 62, 162, 163, 166, 169, 171, 172, 173, 276

Viveiros 10, 12

Z

Zea mays 35, 332

Desenvolvimento rural e processos sociais nas CIÊNCIAS AGRÁRIAS

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desenvolvimento rural e processos sociais nas CIÊNCIAS AGRÁRIAS

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br